

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 620 - Brasília, segunda-feira, 19 de janeiro de 1998

Senado vota 12 matérias e mantém ritmo na convocação

ACM garante que esforço no período extraordinário vale por um ano inteiro de trabalho, elogia presença constante dos senadores em plenário e pede ao povo brasileiro que reconheça o trabalho da instituição



O plenário do Senado já aprovou 12 matérias durante o período de trabalho extraordinário da convocação. "Desde que aceitamos a convocação feita pelo presidente, eu já esperava que o nosso trabalho fosse bastante produtivo", afirmou sexta-feira, em entrevista, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele destacou a aprovação da reforma administrativa na Comissão de Justiça, sem emendas, como um dos marcos da pauta dos trabalhos da convocação. O esforço prossegue nesta semana, quando as comissões permanentes deverão analisar propostas em pauta. **Páginas 2, 3, 4 e 5**

No plenário, a presença dos senadores tem sido constante, o que contribui para manter a pauta em dia



Antonio Carlos: aprovação da reforma é marco na pauta

Hidrovia transforma Centro-Oeste, diz Tebet

As hidrovias são o trajeto mais curto para transformar o Centro-Oeste brasileiro no equivalente ao Meio-Oeste dos EUA. "uma região rica graças à produção de grãos", afirma o senador Ramez Tebet. **Página 8**



Ramez Tebet destacou a inauguração da eclusa de Jupia

Palmeira cobra pressa nas privatizações

*Os altos preços praticados pelas empresas do governo que exploram serviços públicos foram os "vilões da inflação" no ano passado, constata o senador Guilherme Palmeira, ao pedir mais agilidade na venda de empresas estatais. **Página 7***

Projeto do Executivo preenche lacuna do Código Brasileiro de Aeronáutica, que não define com a devida clareza as situações extremas em que serão aplicadas medidas rigorosas aos aviões que invadem espaço aéreo

Destruição de aeronaves hostis vai à CCJ

O projeto de lei do Poder Executivo que permite a destruição de aeronaves classificadas como hostis que invadam o espaço aéreo brasileiro, após esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, será analisado quarta-feira, às 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).



Romeu Tuma apresentará parecer favorável

A matéria está na CCJ em virtude de audiência solicitada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para aquela comissão emitir parecer sobre constitucionalidade do projeto. O parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) é pela constitucionalidade da proposição e, caso seja apro-

interceptor a compeli-las a pousar. Ainda conforme a exposição, cabe ao interceptor executar o tiro de aviso e, se necessário, o tiro de destruição, este quando autorizado pelo presidente da República. O texto diz, todavia, que o Código Brasileiro de Aeronáutica não traduz com a devida clareza as situações extremas em que serão aplicadas medidas tão rigorosas às aeronaves infratoras, ainda que civis.

Os ministros sustentam ainda que as Normas de Defesa Aeroespacial estão contidas apenas em documentos internos que não possuem o grau de hierarquia legal compatível com as possíveis consequências de suas aplicações nem asseguram a publicidade e a transparência requeridas para que tais medidas possam ser adotadas, sem que se discuta sua validade do ponto de vista jurídico.

vada, a matéria voltará à CRE para a análise do mérito.

Segundo a exposição de motivos dos ministros da Justiça e da Aeronáutica, atualmente, uma vez recebida a ordem de pouso, as aeronaves desconhecidas ou suspeitas podem adotar procedimento diverso, seja tentando evadir-se, seja assumindo atitudes agressivas que obriguem o

interceptor a compeli-las a pousar. Ainda conforme a exposição, cabe ao interceptor executar o tiro de aviso e, se necessário, o tiro de destruição, este quando autorizado pelo presidente da República. O texto diz, todavia, que o Código Brasileiro de Aeronáutica não traduz com a devida clareza as situações extremas em que serão aplicadas medidas tão rigorosas às aeronaves infratoras, ainda que civis.

Távola presidirá discussão de proteção a software



Propriedade intelectual de software será discutida na reunião de amanhã da CE

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), vai apreciar amanhã, em reunião marcada para as 11h, as emendas destacadas ao projeto de lei da Câmara sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador.

A proposição submete o programa de computador (*software*) ao mesmo regime de proteção conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais e conexos.

O projeto assegura o prazo de 50 anos para a tutela dos direitos relativos a programas de computador. O parecer do senador Roberto Requião

(PMDB-PR), relator na Comissão de Educação, é favorável à matéria, mas propõe 37 emendas, entre elas uma que reduz esse prazo para 20 anos.

Segundo o projeto, o autor tem o direito de reivindicar, a qualquer tempo, a paternidade de programa de computador, porém não se aplicam aos *softwares* as outras disposições relativas aos direitos morais que fazem parte da legislação de direitos autorais.

Os membros da CE vão discutir e votar, ainda, o projeto que institui o serviço de radiodifusão comunitária, cujo relator é o senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (20.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso

Quarta-feira (21.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

Quinta-feira (22.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

COMISSÕES

Terça-feira (20.01.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Ofício nº 84/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito junto ao Bird, com garantia da União, no valor de US\$ 70 milhões, destinados ao financiamento do Programa Restauração e Manutenção das Rodovias Estaduais; "Ofício nº 52/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo junto ao Bird, com garantia da União, no valor de US\$ 250 mi-

lhões, destinados ao financiamento do Programa de Reforma do Estado; "PLC nº 69/97 (não terminativo), autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da CBTU, a repassar à Companhia Cearense de Trens Metropolitanos - Metrofor, recursos para pagamento de pessoal. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Educação

Pauta: "PLC nº 50/97 (não terminativo), que institui o serviço de radiodifusão comunitária; e "PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: "PDL nº 133/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em Brasília, em 03.04.97; "PDL nº 131/97, que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França, em Brasília, em 12.03.97; "PDL nº 74/97, que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (21.01.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "PLC nº 47/96, que altera a Lei nº 7.565/86, para incluir hipótese de destruição de aeronave; e "PLS nº 101/96, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: "PLC nº 100/96, que dispõe sobre o serviço voluntário; "PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; e "PLS nº 156/97, que altera a redação do parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluco Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

A Comissão de Assuntos Sociais deve deliberar, esta semana, sobre a regulamentação dos planos de saúde. O início da votação da reforma administrativa, em plenário, está previsto para o dia 10 de fevereiro

Senado já aprovou 12 matérias na convocação

O plenário do Senado já aprovou 12 matérias durante a sessão legislativa extraordinária do Congresso Nacional, instalada em 6 de janeiro, entre as quais a autorização do contrato temporário de trabalho, a instituição de



A Comissão de Justiça votou esta semana a proposta da reforma administrativa

regimentais.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve deliberar, nessa semana, sobre a regulamentação dos planos de saúde, que será então encaminhada ao plenário em regime de urgência. Na mesma situação estão outras propostas de interesse, como a propriedade intelectual dos programas de computador (*softwares*), na Comissão de Educação; a garantia de vínculo empregatício para os trabalhadores em cooperativas e o serviço vo-

luntário para entidades sem fins lucrativos, ambos na CAS.

Em oito sessões realizadas nesta convocação extraordinária, o plenário do Senado apreciou 16 matérias, aprovando o projeto que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas, as indicações dos nomes de Giovanni Toniatti e Ricardo Pinto Pinheiro para integrarem a primeira diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP), além de autorizações de empréstimos.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO DURANTE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA (de 06 a 16.01.98)

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	5
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Emenda constitucional aprovada em 1º turno.....	1
Indicações de autoridades.....	2
Total de matérias aprovadas	12
Projetos enviados ao Arquivo	4
Total de matérias apreciadas	16

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO EM 1997

Projetos aprovados e enviados à sanção	42
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	186
Projetos aprovados e enviados à Câmara	110
Emendas constitucionais aprovadas.....	5
Indicação aprovada	1
Mensagens de escolha de autoridades.....	41
Total de matérias aprovadas	385
Projetos enviados ao Arquivo	104
Total de matérias apreciadas	489

Os senadores estão seguindo manter, neste mês de janeiro, ritmo de trabalho condizente com o bom resultado obtido em 1997. Durante o ano passado, 489 matérias foram apreciadas, e entre as 385 aprovadas estavam

cinco emendas à Constituição. O Senado também encaminhou 110 projetos ao exame da Câmara e 42 à sanção presidencial. Destes, a maioria (23) era de iniciativa do próprio Legislativo.

ACM: esforço extra representa um ano de trabalho

O Senado Federal respondeu muito bem aos anseios do povo brasileiro durante as duas primeiras semanas da convocação extraordinária do Congresso. A constatação foi feita sexta-feira, em entrevista, pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, que destacou a aprovação da reforma administrativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia (CCJ), sem emendas, como um dos marcos da pauta dos trabalhos da convocação.

- Desde que aceitamos a convocação feita pelo presidente, eu já esperava que o nosso trabalho fosse bastante produtivo - disse, manifestando sua satisfação pela presença dos senadores no plenário, que possibilitaram, como assinalou, que as matérias principais da pauta não fossem procrastinadas.

Antonio Carlos destacou

que o Senado está com a pauta rigorosamente em dia e, acentuou, a Casa votará, praticamente, todas as matérias que foram alvo da convocação extraordinária. "É um esforço que se vai fazer que valerá, talvez, por um ano de trabalho", afirmou o presidente do Senado.

- É isso que eu quero que o povo brasileiro compreenda: o trabalho que o Senado está fazendo pelo Brasil - concluiu Antonio Carlos Magalhães.



Antonio Carlos disse que a pauta está rigorosamente em dia

Quintanilha ouvirá desportistas para dar parecer sobre Lei Pelé

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), relator do projeto da Lei Pelé no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse que fará o possível para que a matéria seja apreciada em tempo hábil e encaminhada à deliberação do plenário da Casa ainda no período da convocação extraordinária. Ele admitiu que o projeto poderá ser aperfeiçoado, mas quer evitar que a matéria tenha de retornar à Câmara dos Deputados.

Após salientar que os três pontos básicos do projeto da Lei Pelé são relacionados ao fim da lei do passe, à questão trabalhista e ao bingo, Quintanilha afirmou que pretende ouvir, ainda que informalmente, os principais segmentos envolvidos na questão: atletas profissionais, dirigentes de clubes, de entidades esportivas e representantes do governo.

Não há razão para não se pretender celerizar a tramitação do projeto da Lei Pelé, cujo conteúdo se resume em 80% da Lei Zico. A matéria



Quintanilha: aperfeiçoar a lei

é da mais alta importância para o esporte brasileiro, mas tentaremos evitar a realização de audiência pública sobre o assunto para que o projeto possa ser apreciado pelo plenário o mais rapidamente possível - afirmou.

Leomar Quintanilha, que além de pertencer à CCJ também é membro titular da Comissão de Educação (CE) e vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) - as duas últimas também apreciarão a matéria -, disse que as três comissões poderão se reunir conjuntamente para debater o projeto da Lei Pelé.

CAS analisa vínculo de emprego em cooperativa

O projeto de lei da Câmara dos Deputados sobre o trabalho nas cooperativas será discutido nesta quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). O relator da matéria é o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). A reunião está marcada para as 10h.

Pela proposição, as cooperativas de trabalho poderão manter vínculos empregatícios com seus associados ou com os tomadores dos serviços que prestam, o que revoga o parágrafo único do artigo 442 da CLT. Segundo o autor do projeto, deputado Aloysio Nunes Ferreira, a falta desse vínculo tem gerado problemas, notadamente nas áreas rurais, onde muitas cooperativas "fantasmas" têm



Jonas Pinheiro é o relator

sido criadas a fim de burlar a legislação trabalhista.

Ainda conforme o deputado, atualmente, mesmo comprovado o vínculo empregatício, cabe ao reclamante convencer o juiz de que, por uma razão ou outra, trabalhava subordinadamente. Com a revogação da norma, caberá aos empregadores o ônus de provar a inexistência de relação de emprego.

Comissão de Assuntos Sociais coloca na pauta projeto que admite atividade não remunerada em entidades sem fins lucrativos

Serviço voluntário será discutido na quarta-feira

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), vai apreciar a partir das 10h desta quarta-feira, entre outras matérias, o parecer do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados disposto sobre o serviço voluntário. O relator é pela aprovação do projeto na forma das nove emendas que apresentou.

De acordo com a proposição, serviço voluntário é a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, cultu-



Sebastião Rocha: voto favorável

rais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.

O projeto estabelece que esse serviço não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. Dispõe ainda que o trabalho voluntá-

rio será exercido mediante celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

O autor do projeto, deputado Paulo Bornhausen, justificou a necessidade da regulamentação do trabalho voluntário em virtude de experiências de várias organizações que o utilizam. Segundo ele, muitas delas foram inviabilizadas ou sofreram graves prejuízos porque pagaram ações trabalhistas movidas por indivíduos que se comprometeram a desenvolver determinado trabalho voluntário.

Expansão administrativa do DF entra na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), vai apreciar na reunião desta quarta-feira, às 10h, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei complementar do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e do senador Iris Rezendes, então no exercício do mandato e atual ministro da Justiça, autorizando o Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal.

O parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é pela aprovação do substitutivo da Câmara, o qual denominou a área de Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno (Ride). Pelo projeto, a região integrada será constituída pelo Distrito Federal e pelos municípios de Águas Lindas, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre



Arruda é co-autor do projeto

Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso, no estado de Goiás; e Unai e Cabeceira Grande, no estado de Minas Gerais.

A proposição prevê a instituição do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, que estabelecerá, mediante convênios, normas e critérios para unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, especialmente em relação a tarifas, linhas de crédito especiais e incentivos fiscais para o fomento à ge-



Alcântara defende aprovação

ração de empregos.

Pelo substitutivo, os programas e projetos prioritários para a região serão financiados com recursos orçamentários da União e dos destinados pelo Distrito Federal, pelos estados de Goiás e Minas Gerais e pelos municípios da Ride, além de operações de crédito externas e internas. A proposição autoriza ainda o Executivo a criar um conselho administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na região integrada.

Brasil e França buscam soluções para problemas de drogas e terrorismo

CRE examina acordo internacional contra tráfico de entorpecentes

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne amanhã para examinar um acordo de parceria entre o Brasil e a França na área de segurança pública, pelo qual serão buscadas soluções para problemas como o tráfico de entorpecentes e terrorismo. O tráfico de crianças também está na pauta da CRE, que vai votar o texto da Convenção de Haia, de 1993, que procura garantir instrumentos legais de proteção infantil em matéria de adoção internacional.

O relator do Projeto de De-

Poderão ser estabelecidas parcerias relativas ao crime transnacional e à lavagem de dinheiro

creto Legislativo nº 131/97, de iniciativa do Executivo, é o presidente da CRE, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que deverá apresentar parecer pela aprovação do texto do acordo com a França, assinado em março de 97 em Brasília. O texto estabelece cooperação técnica e operacional no combate ao crime transnacional organizado, tráfico de substâncias entorpecentes ou psicotrópicas, imigração irregular e terrorismo.

Com o propósito de viabilizar tais ações, poderão ser estabelecidos outros acordos relativos à lavagem de dinheiro, tráfico de armas, segurança de portos, aeroportos e fronteiras, polícia técnica e específica e recrutamento, formação e especialização de pessoal.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) é relatora do Projeto de Decreto Legislativo nº 74/97, que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

Os países signatários comprometem-se a instaurar um sistema de cooperação mútua que assegure o respeito às garantias da criança - tendo como base particularmente a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 89.

A Convenção de Haia se aplica sempre que a criança tiver sido, for, ou deva ser deslocada para outro país, antes ou depois da adoção que estabeleça vínculo de filiação. Os governos dos países abrigados pelo acordo devem averiguar se os futuros pais adotivos estão habilitados e aptos para adotar; verificar se a criança passará a ter residência permanente; assegurar que o consentimento da mãe tenha sido dado após o nascimento da criança e que não tenha sido obtido mediante pagamento ou compensação de qualquer espécie.

Para fins de adoção, os candidatos a pais adotivos terão examinadas suas capacidades jurídicas e adequação para adotar, situação pessoal, familiar e de saúde, meio social, motivos e aptidão para assumir uma adoção internacional. A autoridade do Estado encarregada de considerar a matéria deverá levar em conta as condições de educação da criança, assim como sua origem étnica, religiosa e cultural, além de preparar um relatório com informações sobre identidade, adotabilidade, meio social, histórico médico pessoal e familiar.

A Comissão de Relações Exteriores vai analisar ainda na mesma reunião o Projeto de Decreto Legislativo nº 133/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Turismo entre Brasil e Hungria, firmado em abril de 97. O propósito do acordo é estimular viagens entre os dois países, criando facilidades para as empresas que oferecem serviços na área e estimulando investimentos de capital de ambos países no setor de turismo.



Benedita da Silva é relatora do projeto que aprova o texto da convenção relativa à proteção das crianças

Veja o andamento das matérias da convocação

Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Romeu Zucá	Aprovado dia 15 parecer favorável da CCJ. Vai a discussão no plenário, em 1º turno
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Tuma	Aprovado pelo plenário, em 1º turno, dia 13/01. Dia 21/01 (quarta-feira): início da discussão em 2º turno
PEC 50/96 (*)	Convoca plebiscito para realização de revisão constitucional	Jefferson Pêres	Pronto para discussão no plenário, em 1º turno
Substituto da CD ao PLS 93/93	Planos de saúde	Sebastião Rocha	CAS
PLC 66/97	Pune a lavagem de dinheiro	Levy Dias	CAE
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requião	Apreciação na CE dia 20/01 (terça-feira)
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Tuma	Aprovado pelo plenário, em 13/01. Foi à sanção
PLS 249/89	Regula os direitos autorais	Romeu Tuma	CCJ
PLS 219/95	Sigilo bancário	Jefferson Pêres	CCJ
Substituto da CD ao PLS 101/96	Cria região integrada de desenvolvimento do DF e Entorno	Lúcio Alcântara	Apreciação na CCJ dia 21/01 (quarta-feira)
PLC 47/96	Destruição de aeronave	Romeu Tuma	Apreciação na CCJ dia 21/01 (quarta-feira)
PLC 50/97	Rádiodifusão comunitária	Sérgio Machado	Apreciação na CE dia 20/01 (terça-feira)
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	Aprovado dia 15 pelo plenário. Vai à sanção.
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	Apreciação na CAS dia 21/01 (quarta-feira)
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Camata	Aprovado dia 15 pelo plenário. Volta à CD
PLC 31/97	Vínculo empregatício	Jonas Pinheiro	Apreciação na CAS dia 21/01 (quarta-feira)
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)	Leomar Quintanilha	Distribuído à CCJ / CAS e CE
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Copertrens - PE)	Roberto Freire	Aprovado pelo plenário, em 13/01. Foi à sanção presidencial
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofor - CE)	Jonas Pinheiro	Apreciação na CAE dia 20/01 (terça-feira)

(*) Acrescentada à pauta da convocação por ato dos presidentes do Senado e da Câmara.

Obs.: Além dessas proposições específicas, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais, projetos de competência privativa do Senado, medidas provisórias, matérias orçamentárias e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.



A INFORMAÇÃO DIRETA, SEM ESCALAS

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília. Seu objetivo é encurtar a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece

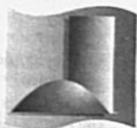
no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perde no espaço.

EMBARQUE NOS ACONTECIMENTOS COM SEGURANÇA. LEIA O JORNAL DO SENADO

SUA OPINIÃO VIRA NOTÍCIA. ESCREVA PARA O JORNAL DO SENADO.

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º andar, CEP 70.165-920
e-mail: jornal@senado.gov.br

NOSSOS AGRADECIMENTOS A: LIDER TAXI AÉREO - TAM - TRANSBRASIL - VARIG - VASP



Senador teme que atraso na venda das estatais traga de volta o fantasma da inflação. Segundo afirmou, o risco maior está nos elevados custos dos serviços públicos

Palmeira quer acelerar as privatizações

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) defendeu a necessidade de o governo acelerar o processo de privatização, sob o risco de "sermos definitivamente contaminados pela tentação inflacionária". No seu entender, sem a transferência da prestação de serviços e da produção de bens para o setor privado, os benefícios criados com o fim da inflação serão anulados pelos custos elevados do setor público.

Para o senador, os altos preços operados pelo poder público foram os "vilões da in-



Guilherme Palmeira: tarifas caras inflação em 1997". Segundo afirmou, as tarifas de energia, telefone, água, esgoto e as postais subiram 25,7% apenas no ano passado, ou seja, quatro vezes mais que a inflação. Ele

chamou a atenção para a deficiência dos serviços sob administração e fiscalização do governo, como os planos de saúde, consórcios, seguros, "campeões de reclamações do consumidor em todo o país". Na sua opinião, a ausência de concorrência externa é responsável por esse quadro.

Guilherme Palmeira acredita que a estabilidade econômica deve ser uma prioridade nacional, "se pretendemos superar de uma vez por todas a memória inflacionária, pondo fim à cultura que transformou a ciranda de preços numa ca-

racterística de meio século". Apesar da elevação dos preços no setor público, segundo o senador, o Índice Geral de Preços apurado pela Fundação Getúlio Vargas foi de 7,41% no ano passado.

- Desde 1949, não se apurava inflação tão baixa no país. Esse resultado não teria sido possível sem a abertura comercial que expôs nosso mercado à competição externa, fazendo com que os produtos industriais se tornassem acessíveis a uma enorme parcela da população, antes excluída do mercado - afirmou.

Carlos Wilson presta homenagem ao compositor Capiba

A memória do compositor pernambucano Lourenço da Fonseca Barbosa, o Capiba, falecido no dia 31 de dezembro, fazendo com que a música soasse "um pouco mais melancólica neste ano novo", foi exaltada pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE). Para ele, Capiba "era um ilustre filho" de Pernambuco, que contribuiu para projetar a criatividade dos artistas do estado para todo o país.

- Embora tenha ficado conhecido como compositor de frevos - o que de fato era, e do bons -, Capiba foi um músico completo, não se resumindo sua genialidade musical a esse gênero. Ele compôs, em mais de 70 anos de carreira, uma infinidade de valsas, tangos, polcas, guarânias, modinhas, choros, missas, lundus, dobrados, maracatus, cocos, cirandas, marchas, cantigas e música harmonial, além de música para teatro e cinema - lembrou o senador.

Carlos Wilson disse que, "como um bom filho do Nordeste, região de onde recebeu influências e de cuja cultura bebeu para criar sua obra", Capiba nunca aceitou mudar-se "de sua amada Recife"



Carlos Wilson reverenciou Capiba para uma cidade do Sudeste em que, conforme acentuou o senador, provavelmente poderia ter tido maior acesso à mídia.

De acordo com o senador, Capiba foi um dos últimos representantes de uma geração de músicos que teve "figuras de expressão", como Noel Rosa, Lamartine Babo e Ari Barroso, "e o seu falecimento, portanto, traz enorme perda ao nosso patrimônio cultural".

Lembrando que o primeiro grande sucesso nacional de Capiba veio com o frevo *É de amargar*, que ganhou um concurso em 1934, Carlos Wilson recordou que nos anos seguintes o compositor teve lugar garantido em todos os carnavais de Pernambuco e ajudou a projetar o frevo fora do esta-

Roberto Freire reverencia a memória de Nilton Santos

O senador Roberto Freire (PPS-PE) homenageou a memória do advogado baiano e seu amigo Nilton Santos, falecido no último dia 13. Conforme o senador, Nilton foi um "homem do campo do progresso, homem de idéias e um ser político em mudança, mirando-se no futuro".

Freire lembrou que Nilton foi chamado ao Recife para compor, com Celso Furtado, a equipe fundadora da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da qual se tornou o primeiro diretor de recursos humanos.

- Ele ajudou a fomentar e alinhou-se ao lado do que poderíamos chamar de o novo pensamento nordestino - regionalista, mas universal -, batendo de frente contra o atraso, representado por uma oligarquia local, dedicada apenas a preservar privilégios - ressaltou.

Roberto Freire afirmou que, em 1964, Nilton foi obrigado a exilar-se na França, onde fez mestrado em economia. O homenageado, conforme o se-

nador, também foi funcionário da Unesco, presidiu a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe), foi membro do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe) e secretário de Minas e Energia no segundo governo Arraes.

- Este nosso companheiro do PPS, este pernambucano da gema por opção e emoção, sempre foi um homem de idéias. Detentor do dom da reflexão e da crítica, foi um dos primeiros a perceber a crise profunda que se abateu sobre o socialismo neste final de século e dela soube derivar propostas, saídas e novos processos de mobilização - concluiu.



Freire: homenagem a Nilton

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) sobre violência sexual

8h - Debate com o senador Lauro Campos (PT-DF) e o economista Milton Campos (FGV) sobre a crise asiática

9h30 - Entrevista com o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) sobre violência sexual

10h - Comissão de Constituição e Justiça de 15/01/98 - audiência pública com o ministro da Administração, Bresser Pereira, sobre a reforma administrativa

13h45 - Entrevista com o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) sobre violência sexual

14h30 - Sessão plenária (vivo)

18h45 - Entrevista com o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) sobre violência sexual

19h30 - Debate com o senador Lauro Campos (PT-DF) e o economista Milton Campos (FGV) sobre a crise asiática

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Adolfo Rumpf, especialista em embriologia da Embrapa, sobre a clonagem humana

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30

Lembrando que o Brasil tem 25 mil quilômetros de rios navegáveis, a metade da extensão da rede rodoviária federal, senador afirma que o estímulo ao transporte hidroviário transformará o Centro-Oeste

Tebet: eclusa de Jupuí é entrada para Mercosul

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) celebrou sexta-feira a inauguração da eclusa de Jupuí, que torna o rio Paraná navegável do Centro-Oeste do Brasil até Buenos Aires, ao longo de 2,4 mil quilômetros de hidrovia. Definindo a obra como "porta de entrada do Mercosul", o senador disse que até 2010 pelo menos 30% da carga transportada entre os países signatários desse acordo terão condições de utilizar o Tietê-Paraná.



Tebet: 2,4 mil km de hidrovia

Em sua opinião, as hidrovias são o trajeto mais curto para transformar o Centro-Oeste brasileiro no equivalente ao Meio-Oeste americano - "uma região rica graças à produção de grãos, especialmente a soja". Com base na estimativa de que a área plantada de grãos no Centro-Oeste brasileiro poderá agora saltar de 2 milhões para 20 milhões de hectares, Ramez Tebet prevê que, em 20 anos, o Brasil poderá estar produzindo 250 milhões de toneladas de grãos, se usar as hidrovias combinadas com as ferrovias.

Ele disse que o custo do transporte de uma tonelada, por via

rodoviária, de Campinas a Buenos Aires, é de US\$ 110,00, enquanto por transporte fluvial esse custo se reduz para US\$ 60,00. Atualmente é de 5 milhões de toneladas o volume total de cargas transportado pela hidrovia Tietê-Paraná e, conforme Tebet, a previsão é de que, até o ano 2010, 20 milhões de toneladas de cargas serão transportadas anualmente pelo complexo hidroviário.

Lembrando que o Brasil tem 25 mil quilômetros de rios navegáveis, a metade da extensão da rede rodoviária federal, o senador disse que o mais barato caminho para a nossa agricultura é

o hidroviário. E afirmou que, nos Estados Unidos, maior produtor mundial de soja, 70% da produção é transportada pelos rios. No Brasil isso se limita a 2%.

O senador homenageou os ex-governadores Fernando Correia da Costa, do então estado de Mato Grosso, e Lucas Nogueira Garcez, de São Paulo, que na década de 60 realizaram as primeiras conversas para realizar a obra. Citou também os outros governantes que levaram adiante a idéia, entre eles Mário Covas, e elogiou o presidente da Centrais Elétricas de São Paulo, Andrea Matarazzo, que está contatando municípios de Mato Grosso do Sul para realizar obras que compensem as perdas decorrentes da construção da hidrovia.

Para ele, essa é uma das principais obras do programa Brasil em Ação, considerando que o transporte de carga no país até hoje é feito pelo sistema mais caro do mundo, que é o rodoviário. Bernardo Cabral (PFL-AM) e Leonel Paiva (PFL-DF) apartearam para parabenizar Mato Grosso do Sul pela obra.

Miranda: sistemas garantirão a segurança e o meio ambiente



Telecomunicações são estratégicas para o Amazonas, diz Miranda

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) afirmou que dotar o Amazonas de modernos e eficazes meios de telecomunicação é uma questão estratégica e de segurança nacional. Segundo o senador, como o estado tem menos de dois habitantes por quilômetro quadrado, torna-se difícil sua integração se não for através das comunicações.

- Essa é uma das grandes prioridades para o desenvolvimento sustentado do Amazonas e da região Norte - disse.

Gilberto Miranda destacou que os investimentos privados, sobretudo nos setores tecnológicos, voltam-se para o atendimento aos setores com alta propensão a consumir, o que dificulta sua entrada em regiões carentes do país. E citou o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste), que pretende reverter o quadro de atendimento ao mercado pelo sistema de telecomunicações, "fortemente concentrado nas camadas de renda mais alta da população", e eliminar a pressão da demanda.

O senador apresentou dados sobre as telecomunicações no Amazonas, no período de 1994 a 1996, e a projeção feita para sua expansão em 1999 e 2003, para dar "uma idéia da verdadeira revolução que ocorrerá

nos meios de telecomunicações no estado". Segundo informou, em 1994 havia 126,4 mil terminais telefônicos fixos, em 1996 já eram 162,1 mil, devendo atingir 275,9 mil em 1999 e 450 mil em 2003. Os celulares, de acordo com o senador, passaram de 6,4 mil em 1994 para 52 mil em 1996, devendo somar 457 mil em 2003. Já os terminais de uso público, que eram 2,3 mil em 1994 e 4,2 mil em 1996, deverão chegar a 21,8 mil em 2003.

Gilberto Miranda acrescentou que, simultaneamente à expansão física da rede, novas técnicas permitem que a rede metálica instalada de telefonia fixa e de uso público dê acesso à teleducação, telemedicina e telecompra. E que a digitalização do sistema será "o grande salto" que permitirá o transporte unificado da informação em suas diversas formas: voz, dados, imagens e texto. O senador referiu-se ainda ao Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que pretendem garantir a segurança do território e a proteção do ambiente.

- Tendo em vista a magnitude territorial do estado do Amazonas e da região que o cerca - concluiu Gilberto Miranda -, os gigantes números a que me referi neste pronunciamento são perfeitamente coerentes. Eles refletem a extensão territorial e a importância social, econômica e estratégica desta enorme e rica parcela de nosso país - afirmou.

Governo não pretende vender florestas, afirma Odacir Soares

O senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que o governo não pretende vender as florestas da Amazônia para a iniciativa privada. Segundo ele, "está longe de ser o que se noticiou, equivocadamente", a iniciativa do governo federal sobre um plano de privatização das florestas nacionais do Brasil.

- A proposta é exatamente o contrário, isto é, a ampliação das áreas de florestas sob o domínio público e limitar a essas áreas a exploração comercial no país - disse.

De acordo com Odacir, o Brasil possui 39 florestas nacionais com uma área de 12.594.820 hectares, criadas e protegidas por legislação fede-



Odacir: uso e exploração

ral. A região Norte conta com 24 dessas florestas, com um total de 12.527.989 hectares, o que corresponde a 99,47% da área total das florestas nacionais.

O senador informou que em toda a região amazônica cinco florestas nacionais terão parte de suas áreas abertas à exploração

madeira: Tapajós, com 600 mil hectares, e Caxiuanã, com 300 mil hectares, no Pará; Jamari, com 215 mil hectares, e Bom-Futuro, em Rondônia; e Tefé, com 1.020.000 hectares, no estado do Amazonas.

- Para que a região possa tornar efetivas e utilizáveis as riquezas madeiras potencialmente disponíveis, é indispensável que o atual sistema de uso e de exploração seja modificado. Essa é a justificativa para que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, em trabalho conjunto, estejam elaborando, desde os primeiros meses de 1997, estudos, planos e projetos para operacionalizar regimes de acesso a áreas florestais públicas.